

CARTA DE PROPOSTAS

Omar Kaminski

Eleições CGI.br 2026 – Terceiro Setor

Indicação: Instituto Sigilo

Representar o Terceiro Setor no CGI.br, para mim, significa assumir compromissos claros diante das organizações que confiarem em meu nome. Por isso, mais do que enumerar promessas, prefiro explicar como pretendo atuar e quais princípios orientarão minhas posições ao longo do mandato.

Entendo que uma cadeira do CGI.br não pertence ao representante, nem à entidade que apresentou seu nome. Ela existe para levar ao Comitê as perspectivas de uma sociedade civil plural, formada por organizações que nem sempre pensam da mesma forma. Representar bem esse conjunto exige mais do que falar em nome dele: exige ouvir, prestar contas e reconhecer limites.

Por isso, pretendo manter interlocução regular com as entidades do segmento, receber contribuições e críticas e, sempre que possível, compartilhar informações sobre temas relevantes em discussão no CGI.br.

Não posso prometer consenso, pois nem sempre é alcançável. Mas prometo escuta, transparência e disposição para explicar as posições que vierem a ser adotadas.

Entendo que a legitimidade de uma representação não se esgota na eleição. Ela precisa ser construída e renovada ao longo do mandato. A transparência também deve valer para quem representa. E, se esse trabalho for bem feito, espero contribuir para fortalecer o reconhecimento institucional das organizações da sociedade civil como interlocutoras qualificadas na governança da Internet.

Outro compromisso que pretendo levar ao Comitê decorre da minha experiência profissional: continuar aproximando o Direito da realidade técnica.

Discussões sobre responsabilidade de intermediários, identificação de usuários, bloqueios ou limitações de utilização, guarda de registros, proteção de dados pessoais, segurança da informação, regulação de plataformas podem produzir consequências técnicas que não aparecem imediatamente no texto de uma norma ou decisão. O inverso também é verdadeiro: nem tudo o que é tecnicamente possível é juridicamente adequado ou socialmente desejável.

Essa talvez seja a síntese do que pretendo defender: nenhuma solução jurídica deveria ignorar a arquitetura da Internet, assim como nenhuma solução técnica deveria ignorar direitos individuais e coletivos.

Isso vale de maneira especial para o debate sobre segurança. A privacidade, a liberdade de expressão e a segurança da informação não precisam ser tratadas como escolhas excludentes. O desafio está em encontrar respostas proporcionais: enfrentar ilícitos e riscos concretos sem normalizar

mecanismos indiscriminados de vigilância, sem produzir bloqueios excessivos e sem transferir responsabilidades a quem apenas fornece acesso, infraestrutura ou transporte da comunicação.

A indicação pelo Instituto Sigilo também aproxima esta candidatura de preocupações que considero atuais e legítimas.

A primeira delas é a transparência dos sistemas algorítmicos. Plataformas que recomendam, ordenam, removem ou reduzem a visibilidade de conteúdos exercem poder significativo sobre a experiência dos usuários. É importante avançar em critérios mais claros, mecanismos de auditabilidade e meios efetivos de contestação de decisões automatizadas ou pouco transparentes.

A segunda é o enfrentamento da circulação e reutilização abusiva de bases de dados pessoais. O problema não se resume ao consentimento: envolve origem, finalidade, base legal, transparência e possibilidade real de exercício dos direitos dos titulares. O mercado ilegal ou opaco de dados corrói confiança e precisa ser tratado com seriedade.

A terceira é a proteção de crianças e adolescentes. Produtos e serviços digitais acessíveis a esse público, inclusive dispositivos e brinquedos conectados, devem incorporar privacidade e segurança desde a concepção e por padrão, com atenção ao melhor interesse e à proteção integral.

A quarta é a governança de bases públicas e a cibersegurança estatal. A crescente integração entre poder público, fornecedores de tecnologia, serviços em nuvem e atores privados exige cuidado redobrado com finalidade, segurança, rastreabilidade, responsabilidade e controles adequados ao valor e à sensibilidade dessas informações.

Essas pautas devem ser levadas ao debate sem reduzir a representação à agenda de uma única entidade. O compromisso é com o conjunto do Terceiro Setor e com o diálogo entre perspectivas diferentes.

Também considero decisivo preparar a governança da Internet para uma nova camada de poder. Durante muito tempo, o debate sobre liberdade na rede concentrou-se na pergunta sobre o que pode ou não circular. Hoje isso já não basta. Precisamos também perguntar quem controla os mecanismos que determinam o que será visto.

Sistemas de recomendação, ordenação, moderação e publicidade passaram a interferir diretamente na visibilidade da informação. A inteligência artificial tende a ampliar ainda mais esse poder. O CGI.br pode contribuir para que transparência, auditabilidade, responsabilidade e concentração tecnológica sejam discutidas de forma multissetorial e tecnicamente informada.

Nesse debate, é importante não perder de vista que a Internet não é apenas conteúdo. Ela é também endereçamento, roteamento, sistemas autônomos, nomes de domínio, pontos de troca de tráfego, redes acadêmicas e comerciais, centros de dados, padrões abertos e milhares de profissionais responsáveis por seu funcionamento cotidiano. Qualquer política séria para a Internet precisa enxergar essas camadas.

Também considero importante tratar autonomia tecnológica e soberania digital sem slogans. Infraestrutura, software, pesquisa, formação de pessoas, interoperabilidade, padrões abertos e capacidade nacional de desenvolvimento fazem parte do mesmo problema e precisam ser pensados em conjunto.

Tudo isso só faz sentido se o próprio modelo multissetorial continuar funcionando de verdade. O CGI.br tornou-se referência porque criou um espaço no qual governo, empresas, comunidade científica e tecnológica e sociedade civil podem confrontar perspectivas diferentes de forma institucional. Esse modelo não deve ser preservado apenas por tradição; ele precisa continuar demonstrando sua utilidade diante dos novos desafios da rede.

É assim que pretendo exercer uma eventual representação do Terceiro Setor: com legitimidade na escuta, transparência na atuação e compromisso com o fortalecimento institucional do segmento; trazendo ao Comitê uma leitura que combine Direito, tecnologia e efeitos concretos; e procurando contribuir para decisões tecnicamente informadas, proporcionais e comprometidas com direitos.

Minha experiência anterior no CGI.br me ensinou a importância da instituição. O tempo transcorrido desde então me ensinou algo igualmente importante: instituições precisam conservar sua memória sem ficar presas a ela.

É com essa disposição que apresento estas propostas.

 Documento assinado digitalmente
OMAR KAMINSKI
Data: 23/10/2026 16:02:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Omar Kaminski
Candidato à representação do Terceiro Setor no CGI.br
Eleições 2026